

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

**O ENSINO SUPERIOR E O PERFIL DO DOCENTE ATUANTE NESSA
FASE DA EDUCAÇÃO**

WALYSSON CLEBER REIS PINTO

ANÁPOLIS
2014

WALYSSON CLEBER REIS PINTO

**O ENSINO SUPERIOR E O PERFIL DO DOCENTE ATUANTE NESSA
FASE DA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária, sob a orientação da Profa. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel.

ANÁPOLIS
2014

WALYSSON CLEBER REIS PINTO

**O ENSINO SUPERIOR E O PERFIL DO DOCENTE ATUANTE NESSA
FASE DA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada à coordenação do Curso de Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Especialista.

Anápolis-GO, 29 de março de 2014.

APROVADA EM: _____/_____/_____ NOTA _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel.
Orientadora

Profa. Esp. Kelly Sulaine Alves Constante
Convidada

Profa. Ma. Janaina Teixeira Silva de Oliveira
Convidada

Resumo

Presente estudo se baseou em uma pesquisa qualitativa do tipo revisão bibliográfica. Com objetivo expor o perfil do docente universitário para com isso traçar um perfil ideal e realizar um levantamento histórico do ensino superior, para por meio deste observar suas transformações. O sistema de ensino superior no Brasil teve um surgimento retrasado. Sua origem remota ao século XIX, com a chegada da família real portuguesa ao país. Desde então vários cursos foram fundados e a educação superior sofreu inúmeras vicissitudes. Atualmente o ensino superior é regido por inúmeras leis que busca gerir uma educação efetiva, de tal forma que o educando possa estar desenvolvendo o espírito científico e o pensamento reflexivo. Formando profissionais capacitados para gerir o progresso do país. Esta formação só é possível por intermédio de um docente que esteja capacitado pedagogicamente para desenvolver aulas que facilite a relação de ensino e aprendizagem com os educandos. O docente deve estar aberto para desenvolver uma interação humana na sala de aula, vendo o educando não apenas como um mero expectador de suas aulas, mas como um sujeito pensante que deve desenvolver seu próprio conhecimento a partir do exposto pelo educador.

Palavras - chave: Ensino superior. Docente Universitário. Educação.

Abstract

This study is based on a qualitative research of the bibliographical review type. With the purpose to expose the profile of the university professor to then trace an ideal profile and conduct a historical survey of higher education, to observe this through their transformations. The higher education system in Brazil had a delayed onset. Its origin dates back to the nineteenth century with the coming of the Portuguese royal family to the country. Since then many courses have been founded and higher education has undergone numerous changes and transformations sequences. Now college education is regulated by pass countless laws which seeks manage an effective education in a way that the student may be developing the scientific spirit and reflexive thinking. Graduating professionals trained to manage the country's progress. The proposed training is only possible by means of a teacher who is pedagogically capable to develop lessons that facilitates the relationship between teaching and learning among students. The professor must be open to develop a human interaction in the classroom, seeing students not only as a mere spectator of their classes, but as a thinking subject who must develop their own knowledge from the above by the educator.

Key Words: Higher education. Lecturer. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	8
1.1 HISTÓRICO DA AMÉRICA LATINA.....	8
1.2 AS BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	9
1.3 AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA.....	9
1.4 SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR ATUAL.....	14
1.5 AS DIFERENTES INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	14
1.6 OBJETIVOS DO ENSINO SUPERIOR.....	17
2 PERFIL DO DOCENTE O ENSINO SUPERIOR	19
2.1 SIGNIFICADO DE DOCÊNCIA.....	19
2.2 DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	20
3 DESAFIOS ENFRENTADOS NA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	21
3.1 CRIAÇÃO DA PROFISSÃO DE DOCENTE E SUAS ADVERSIDADES.....	21
3.2 PRINCIPAIS DESAFIOS NA DOCÊNCIA.....	22
CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

O sistema de ensino superior no Brasil teve um surgimento atrasado. Sua origem remota ao século XIX, pois Portugal não possuía interesse em desenvolver sua colônia de exploração. Este acontecimento foi marcado pela chegada da família real portuguesa ao Brasil, a qual estava fugindo das tropas napoleônicas que invadiram Portugal. Desta forma, a família real, resolveu desenvolver as novas terras em que habitariam e para isso houve a necessidade de qualificar profissionais, o que deu início a fundações de cursos superiores (OLIVEN, 2002).

No ano 1920, surgiu a primeira universidade brasileira e desde então as universidades espalharam pelo país. Principalmente as instituições de ensino superior privadas, as quais receberam apoio governamental para sua edificação, pois deste modo o Estado poderia resolver o problema de escassez de vagas nas instituições públicas. Garantindo assim, que o ensino superior fosse mais acessível à população (SAVIANI, 2010). Segundo Inep (2010) ocorreu crescimento de 110% no acesso ao ensino superior, durante o período de 2001 a 2010. No ano de 2010, havia 6.379.299 matrículas em 29.507 cursos de graduação, oferecidos por 2.377 instituições de ensino superior.

Uma transformação significativa está ocorrendo no ensino superior, semelhante a que está ocorrendo no mundo inteiro. Contudo o Brasil necessita aumentar o número de instituições de ensino superior para oferecer educação superior para uma demanda maior da população (STALLIVIERI, 2006).

Não apenas ofertar um maior número de vagas, mas também uma educação de qualidade e efetiva. Deste modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, deixa expressa tacitamente o sistema de credenciamento e reconhecimentos dos cursos das instituições de nível superior. Para com isso realizar uma investigação constante sobre a qualidade dos cursos. De forma que o curso instrua os educandos a desenvolver o espírito científico e o pensamento reflexivo, tornando-se aptos para exercer a profissão desenvolvida na instituição de ensino superior frequentada (BRASIL, 1996).

Por esta razão, é importante analisar o perfil dos docentes universitários visto que este exerce influência na qualidade de suas aulas ministradas (ARAUJO, 2012) e na formação dos discentes (VASCONCELOS, 2010). Sendo assim, o presente

estudo tem como objetivo expor o perfil do docente universitário para com isso traçar um perfil no qual se possa haver um melhor comprometimento na formação intelectual dos educandos nas instituições de nível superior. Bem como realizar um levantamento histórico do ensino superior, para por meio deste observar suas transformações.

Para isto, será realizado uma pesquisa do tipo revisão bibliográfica. Na qual consiste em uma análise de produções bibliográficas referentes a certa temática. Para por meio desta fornecer um relatório sobre o tópico do estudo, expondo ideias e subtemas que recebam maior ou menor relevância na literatura (NORONHA & FERREIRA, 2000). Primeiramente será abordado os aspectos e histórico do ensino superior no Brasil. Posteriormente será abordado as características da docência de ensino superior, seu objetivo e o perfil dos docentes nesse nível da educação. Por fim, será abordado a criação da docência de ensino superior e seus principais desafios.

1 Histórico da educação de ensino superior no Brasil

1.1 HISTÓRICOS DA AMÉRICA LATINA

Primeiramente, antes de se salientar a respeito da educação superior no Brasil, é preciso descrever o cenário em que o país estava inserido. Isto é importante para deste modo expor como este cenário influenciou a estrutura do método de ensino que surgiu no mesmo. Através disso, será possível compreender bem as bases nas quais foi edificado o método de ensino brasileiro.

O país situa-se na América Latina, um continente marcado pela exploração dos países europeus, através das colônias de exploração fundadas principalmente pela Espanha e Portugal. Esta região da América, que se estende desde o México à América do Sul, é descrita como dotada de inúmeras desigualdades. Há uma má distribuição de renda, em que grande parte do capital é distribuída para uma minoria da população. Por isso grande parte dos habitantes encontram-se na miséria. Não há um investimento na saúde e na educação para atender a população, de forma que estas são usufruídas pela classe dominante. O que torna maior a miséria da população que não possuem atendimento efetivo à saúde. As pessoas de classe baixa não possuem o mesmo acesso ao mercado de trabalho, por não possuírem a formação necessária para desempenhar uma profissão, aumentando ainda mais as desigualdades (RIBEIRO, 2006).

Neste ambiente marcado pela pobreza e a miséria, as instituições de ensino superior na América Latina, surgem com objetivo não apenas de formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho, mas também com um papel social. Ela busca preparar os cidadãos para suprimir todas essas desigualdades. Gerando oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico-social a toda população.

Este objetivo ainda é tido como um desafio a se alcançar, visto que os países não possuem uma demanda de trabalho e universidade que possa atender às exigências de toda população de forma igualitária, bem como fornecer uma quantidade de profissionais qualificados para suprimir a necessidade do mercado de trabalho. Contudo o desenvolvimento das universidades é bem considerável. O número de universidades vem aumentando a cada dia nestes países. As ofertas de

vagas têm dobrado nas últimas décadas e a diversidade de tipos de cursos disponibilizados pelas instituições de ensino superior (STALLIVIERI, 2007).

1.2 AS BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O surgimento do ensino superior brasileiro pode ser considerado como atrasado, ao se fazer um paralelo com os outros países Latinos. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram em suas colônias instituições de nível superior. Todas essas possuíam um caráter religioso, sendo que suas fundações eram autorizadas pelo Vaticano. Os Portugueses começaram a fundar instituições de ensino superior no Brasil apenas a partir do século XIX. Durante o período de 1500 a 1800, a educação era gerida no Brasil pelos jesuítas (OLIVEN, 2002).

A Companhia de Jesus, não possuía apenas a função de catequizar os indígenas, formar e coordenar o clero, também era de sua responsabilidade desenvolver as bases da educação dos filhos da classe dominante presente na colônia. Esta formação era feita mediante a um ensino arcaico com elementos gregos que possuía como objetivo preparar os estudantes para ingressar na Universidade de Coimbra em Portugal, para deste modo finalizar seus estudos.

Esta universidade era autorizada pela Ordem Jesuíta e possuía um importante papel social e dominador. Ela tinha papel de unificar a cultura do império português, formando cidadãos com ideologias que não se opunham a fé católica e à total submissão à metrópole portuguesa. Os primeiros cursos fornecidos foram: Teologia, Direito Canônico e Civil, Medicina e Filosofia (TEIXEIRA, 1989).

1.3 AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA

Os jesuítas possuíam colégios que se dedicavam ao ensino de teologia e filosofia, mas os cursos realmente superiores surgiram apenas 1808. Ao chegar ao país, os comerciantes locais solicitaram ao então príncipe regente Dom João VI que fosse fundada uma universidade. Estes comerciantes propuseram para isso ajudar no financiamento da instituição de ensino superior a ser fundada. Entretanto, ao em vez de universidade, foram fundados os cursos de Cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro. Nesta última cidade ainda foi fundado o curso de Economia, Medicina, as

Academias Militares e de Belas Artes, Museu, Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico (OLIVEN, 2002).

Após a independência, em 1827, foram fundados nas cidades de São Paulo e Olinda os cursos de Ciências Jurídicas e a Universidade de Minas Gerais. Com a proclamação da República foram criadas a Universidade do Rio de Janeiro (1920), a Universidade de Minas Gerais (1927), Universidade de São Paulo (1936) e a Universidade de Brasília (1961) (COLOSSI *et al.*, 2002). O decreto nº 14.343 de 7 de Setembro de 1920 foi instituída a Universidade do Rio de Janeiro, a primeira Universidade brasileira (BRASIL, 1920, p. 1).

Art. 1º Ficam reunidas, em «Universidade do Rio de Janeiro», a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada esta da fiscalização.
 Art. 3º A Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a de Direito do Rio de Janeiro será assegurada e autonomia didática e administrativa, de acordo com o decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, devendo o regulamento da Universidade adaptar a sua organização aos moldes do aludido decreto.

A Universidade surgiu com a junção de faculdades de qualificação profissionais já existentes. Sua estrutura era voltada mais para o ensino, mantinha a metodologia de ensino das faculdades e sua autonomia administrativa (FAVERO, 1980). Em 1916 foi fundada a Academia Brasileira de Ciência, com a proposta de estimular o trabalho científico e o desenvolvimento da pesquisa brasileira. Para desta forma promover o desenvolvimento tecnológico no Brasil por intermédio da ciência. O que deu início a inúmeros debates a respeito a pratica de pesquisas e a estrutura do ensino de nível superior brasileiro.

Durante o governo de Vargas, foi criado o Ministério da Saúde e Educação. Sua origem teve por objetivo criar um ensino que pode-se desenvolver a modernização do país, com desenvolvimento da capacitação de trabalhadores para o mercado. Para concluir essa vertente, o governo criou projeto universitário através do Estatuto da Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31). A partir deste as universidades teriam que desenvolver atividades de pesquisa que transcendessem o interesse profissional e desenvolver a formação do professor para o ensino secundário (TOBIAS, 1986).

O número de universidades aumentava e com isso surgia mais projetos que se opunham ao monopólio do ensino publico por parte do governo federal e as

imposições ideológicas da igreja católica na formação do caráter humanista. Deste modo, em 1935, foi instituída a Universidade do Distrito Federal por intermédio de Anísio Teixeira. Esta tinha a ideia de renovar os métodos de ensino e incentivar a pesquisa. Ela confrontou inúmeras adversidades por parte da oposição que era contra suas ideias liberais e dos líderes da igreja católica, sendo extinta por decreto presidencial. Aproveitando a imposição autoritária do estado, o Ministério da Saúde e da Educação criou um projeto de lei para padronizar o ensino superior no Brasil. Tendo como base a Universidade do Rio de Janeiro, a qual foi renomeada como Universidade do Brasil através do decreto de Lei n. 452 de 5 de julho de 1937 (SCHWARTZMAN, 1982). A oposição aos líderes da igreja católica causou a criação do decreto nº 8.681 de 15 de Janeiro de 1946.

Artigo único. A Faculdade Católica de Filosofia, a Faculdade Católica de Direito e a Escola de Serviço Social, todas com sede no Distrito Federal, poderão congregarem-se em universidade livre, sob a denominação de Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O decreto criava uma universidade subordinada aos líderes eclesiais e independente do Estado, instituída como Universidade Católica do Rio de Janeiro. Esta recebeu posteriormente em 1947 o título de Pontifícia pela Santa Sé, se tornando modelo para a criação de todas as Universidades Católicas no país (BRASIL, 1946, p. 1).

No início, o acesso ao ensino superior era restrito à elite econômica. Contudo, com o desenvolvimento do país, surgiu a necessidade de uma maior demanda de vagas nos cursos devido às imposições geradas pela população. No início dos anos 60, a União Nacional dos Estudantes, organizou mobilizações requerendo uma reforma universitária, para que o ensino superior torna-se acessível a toda população. O Golpe Militar, em 1964, tentou conter todas essas manifestações, contudo isso só gerou mais forças ao movimento estudantil que lutava pela reforma universitária. Iniciaram passeatas nas ruas requerendo o aumento de vagas e um maior investimento de verba nas universidades (SAVIANI, 2010).

Inúmeros professores foram afastados na tentativa de conter qualquer oposição às ideologias do novo governo. A repressão se tornou ainda mais forte com a criação da Assessoria de Informação nas instituições federais de ensino

superior. Seu objetivo era reprimir qualquer ação que fosse contrária aos interesses do governo, sendo estas por parte dos professores ou dos alunos (OLIVEN, 2002).

Todas essas manifestações resultaram na invasão das principais universidades do país, no ano de 1968. As instituições de ensino superior ficaram durante um semestre sobre o poder dos estudantes, o que obrigou a criação do projeto de reforma universitária com a decretação da lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Deste decreto, NEVES (2002, p. 41) destaca os seguintes dispositivos:

- a) A organização das universidades passou a atender às seguintes características: extinção do antigo sistema de cátedras e introdução da estrutura fundada em departamentos; unidade de patrimônio e administração; estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas; unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes e estabelecida a racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos; universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos; flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa.
- b) O departamento passou a constituir-se na menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático científico e de distribuição de pessoal, devendo englobar as disciplinas afins. Os cargos e funções de magistério, mesmo os já criados ou providos, devem ser desvinculados de campos específicos de conhecimentos.
- c) A introdução da matrícula semestral por disciplinas e do sistema de créditos.
- d) A institucionalização da pós-graduação stricto sensu, por meio dos cursos de mestrado e doutorado no país.
- e) A instituição do vestibular unificado e classificatório, como forma de racionalizar a oferta de vagas.

Como se pode ver com o que foi lucidado, a reforma teve que atender à duas forças opositoras. Contudo a reforma buscou atender primeiramente os interesses dos professores e estudantes universitários. Foi criado então o departamento para substituir as antigas cátedras, tornando sua chefia rotativa. A universidade foi constituída como a principal instituição de ensino superior, havendo a dissociação do ensino e a pesquisa, assim como instituindo a autonomia universitária e definindo suas atribuições. Para atender os grupos ligados ao governo, o vestibular perdeu seu caráter eliminatória admitindo a forma de classificatório, criando ainda o regime de créditos e a inscrição por disciplina (NEVES, 2002).

Entretanto as disposições requeridas pelos professores e estudantes não estavam condizendo com os interesses do regime imposto pelo novo governo. Ocorrendo a instituição do decreto de lei 464/69, ajustando a reforma universitária

aos interesses do regime militar vigente. Todas as atribuições referentes ao exercício da autonomia universitária foram vetadas. Houve então pressões dos estudantes requerendo aumento de vagas, o que causou a fundação de inúmeras escolas privadas de nível superior (SAVIANI, 2010).

Os militares se preocupavam em manter a ordem por isso apoiaram a expansão do ensino superior privado. Em sua concepção, um grande número de instituições privadas dificultaria a mobilização dos estudantes contra o sistema de governo. As instituições públicas de ensino superior, mesmo sendo consideradas como recinto de idealistas que se opunham ao estado, foram alvo de investimento por parte do governo militar. Isto ocorreu devido à necessidade de profissionais capacitados para o processo de modernização da sociedade. Estes investimentos tiveram os seguintes resultados de acordo com o trabalho de OLIVEN (2002, p. 35).

- a) a valorização de recursos humanos de alto nível, principalmente nas áreas técnicas, visando à implantação do projeto de modernização conservadora sustentado pelos governos militares;
- b) liberação de verbas para o desenvolvimento de programas de pós-graduação *strictu sensu* no Brasil. Num primeiro momento, as bolsas de mestrado e doutorado destinavam-se a formar docentes pesquisadores no exterior e, mais tarde, para estudantes de pós-graduação em programas nacionais;
- c) a atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico: a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), voltada à formação do magistério de nível superior, e o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento), voltado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ambos criados em 1951;
- d) a escolha das universidades públicas, como o *locus* principal das atividades de pesquisa, até então incipientes no país. A carreira docente, no setor público, passou a estimular a titulação e a produção científica dos professores universitários, sendo, a sua profissionalização, assegurada pela possibilidade de virem a obter o Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva. Essas medidas tornaram a carreira do magistério universitário público suficientemente compensadora para atrair jovens mestres e doutores para as atividades acadêmicas;
- e) a autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado. A flexibilidade ou “desinstitucionalização” foi uma característica dos programas e facilitou o seu desenvolvimento;
- f) o processo de avaliação sistemático dos cursos de mestrado e doutorado, iniciado pela CAPES, em 1972, que serviu de orientação às suas políticas;
- g) Criação de inúmeras associações nacionais de pesquisa e pós-graduação em vários ramos do conhecimento. Os Encontros Anuais dessas associações, apoiados financeiramente por agências governamentais de fomento à pesquisa, propiciaram a integração da comunidade científica de áreas afins, oriundas de diferentes regiões e universidades do país.

Como foi exposto, ainda durante o Governo Militar, surgiram os programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Bem como o surgimento de programas de incentivo à pesquisa e à carreira docente universitária.

1.4 SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR ATUAL

Com o fim do regime militar, as exigências da reforma universitária foram verdadeiramente acatadas. A constituição de 1988 tornou a pesquisa e o ensino inseparáveis, forneceu a autonomia universitária, redirecionou 18% das receitas da União para as instituições de ensino superior, conservou o ensino gratuito e garantiu ingressões dos profissionais somente mediante concurso público. Após a promulgação da constituição, foi decretada a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Nesta houve a instituição do processo de avaliação dos cursos de graduação. Estes seriam credenciados constantemente através de avaliações de desempenho dos mesmos. Se surgissem irregularidades, deveriam ser corrigidas para o curso ser reconhecido (OLIVEN, 2002).

A educação superior seguiu o modelo napoleônico, tendência que ganhou forças com a criação de programas de incentivo, como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que permitia a população menos favorecida a adentrar ao ensino superior privado. Deste modo, o governo pode ofertar uma quantidade de vagas satisfatórias para atender a população. Com isso aumentou exponencialmente a quantidade de instituições privadas e do seu alunado. Enquanto que as instituições públicas apresentaram um decaimento no percentual de alunos (SAVIANI, 2010).

1.5 AS DIFERENTES INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A Lei de Diretrizes e bases da educação (1996) ainda definiu os diferentes tipos de instituições de ensino superior. Foram criados mais dois tipos de instituições de ensino superior: as universidades especializadas e os centros universitários. Suas atribuições e definições foram tacitamente definidas pelo decreto nº 3860 de

09 de julho de 2001, o qual foi revogado posteriormente pelo decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006.

Art. 12. As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como:

- I - faculdades;
- II - centros universitários;
- III - universidades.

Art. 13. O início do funcionamento de instituição de educação superior é condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo Ministério da Educação.

§ 1º A instituição será credenciada originalmente como faculdade.

§ 2º O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as consequentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

§ 3º O indeferimento do pedido de credenciamento como universidade ou centro universitário não impede o credenciamento subsidiário como centro universitário ou faculdade, cumpridos os requisitos previstos em lei.

§ 4º O primeiro credenciamento terá prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para universidades.

Fica claro que as instituições de ensino superior deveram inicialmente ser classificadas como faculdades podendo posteriormente, se cumprir os requisitos, instituírem-se como Centros Universitários ou Universidades (BRASIL, 2006 A, p. 3). Lei de Diretrizes e Bases da educação, decreto nº 9.394 de Dezembro de 1996 expõe as definições de universidade.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

- I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

- I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;
- II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

- V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;
- VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;
- VII - firmar contratos, acordos e convênios;
- VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;
- IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;
- X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

As universidades, portanto são instituições pluridisciplinares, envolvidas com ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável. Estas instituições devem possuir ao menos 1/3 de seus docentes com titulação de mestre ou doutor e 1/3 de professores de regime integral. Possuem total autonomia para criar, organizar e extinguir cursos, bem como contratar ou dispensar docentes e criar projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão (BRASIL, 1996, p. 18). O texto citado abaixo se refere ao decreto nº 5.786 de 24 maio de 2006. Neste define em seus termos os Centros Universitários.

- Art. 2. Os centros universitários, observado o disposto no Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, poderão criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes, nos termos deste Decreto.
- § 1. O disposto no caput deverá observar os limites definidos no plano de desenvolvimento da instituição.
- § 2. É vedada aos centros universitários a atuação e a criação de cursos fora de sua sede, indicada nos atos legais de credenciamento.
- § 3. Os centros universitários somente serão criados por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.
- § 4. Os centros universitários poderão registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos.

Os Centros gozam de autonomia para criar, organizar, extinguir cursos, contratar ou dispensar docentes como as universidades. Não são obrigados a manter atividades de pesquisa e gestão. Não possuem o direito de criar cursos fora de sua sede (BRASIL, 2006 B, p.1). Por fim, o decreto 5.224 de 1 de outubro de 2004 apresenta as definições dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

- Art. 1. Os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, criados mediante transformação das Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, nos termos das Leis nos 6.545, de 30 de junho de

1978; 7.863, de 31 de outubro de 1989, 8.711, de 28 de setembro de 1993 e 8.948, de 8 de dezembro de 1994, constituem-se em autarquias federais, vinculadas ao Ministério da Educação, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§ 1. Os CEFET são instituições de ensino superior pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica. (Redação dada pelo Decreto nº 5.773, de 2006).

§ 2. Os CEFET regem-se pelos atos normativos mencionados no caput deste artigo, pelas disposições constantes deste Decreto, por seus estatutos e regimentos e pela legislação em vigor.

§ 3. Os CEFET serão supervisionados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

Art. 2. Os CEFET têm por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Os CEFET são instituições não universitárias que atuam na formação superior empenhados na oferta de educação tecnológica nos diversos setores da economia. Possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Só podem criar cursos mediante autorização do poder executivo (BRASIL, 2004, p. 1).

1.6 OBJETIVOS DO ENSINO SUPERIOR

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, decreto nº 9.394 de Dezembro de 1996, tenta em seu texto gerir a estrutura da educação.

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A lei neste artigo traça os objetivos da educação superior. Esta deve instruir os educandos, desenvolver neles o espírito científico e o pensamento reflexivo, de forma que estejam aptos para exercer a profissão, desenvolvida na instituição de ensino superior frequentada, gerindo o desenvolvimento da sociedade brasileira, estimular a pesquisa científica, a qual contribuirá para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como contribuir para a instrução da população. Pode se observar que está requisitando a prática pedagógica na docência, o que na prática não está sendo bem aplicada (BRASIL, 1996, p. 16).

2 Perfil do docente do ensino superior

2.1 SIGNIFICADO DE DOCÊNCIA

A docência do ensino superior se baseia na capacidade que um professor tem de mediar aos seus alunos os conhecimentos que ele possui em alguma área do saber (MASETTO, 2008). Ela complementa a discência, de forma que só há docência se houver a discência. Aquele que está exercendo a docência aprende ao ensinar, conseqüentemente o discente ensina ao aprender (FREIRE, 1996). É um processo de ensino e aprendizagem, visando desenvolver a cultura e a apropriação de conhecimentos, mediante a uma interação entre o professor e o aluno (COSTA, 2008).

A docência no início, quando surgiram as primeiras universidades no país, eram exercidas por professores europeus. Para pleitear uma vaga era necessário que o professor possuí-se graduação específica, experiência profissional e conhecimento prático em uma determinada profissão. Não havia, contudo, a necessidade de comprovar conhecimento em métodos práticos de ensino (MASETTO, 2008).

O professor era apenas o transmissor do conhecimento, avaliando se o aluno estava preparado ou não para exercer uma profissão. Se este não estivesse, a culpa do fracasso sempre recaía sobre o aluno, não havendo espaço para o diálogo ou a auto avaliação do professor. Neste contexto o aluno era mero agente passivo na aprendizagem, na qual recebia do professor todo conhecimento por intermédio de suas aulas expositivas. Este método de ensino tradicional perdurou até 1970 e até hoje pode-se observar que não houve muitas mudanças (COSTA, 2008). Isto deve-se ao predomínio do professor aulista, que se contenta apenas na transmissão de conhecimento pronto e relacionado com o conteúdo trabalhado, havendo uma carência de professores com visão holística, o qual fornece aos educandos meios para construir conhecimento (SOUZA, 2008).

2.2 DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Para ser eficaz, a docência deve acatar alguns requisitos. Primeiramente o docente deve estar preparado pedagogicamente para lecionar. Visto que muitos professores sabem sobre determinados assuntos, contudo não possuem a capacidade de ensinar os alunos. Eles falham no método de ensino-aprendizagem, por não possuírem técnicas que prendem a atenção dos alunos e facilitam o aprendizado. Um fato que não pode ser aceito, visto que há inúmeros cursos de aperfeiçoamento, muitos desses à distância e de graça. Além de se aperfeiçoar, o professor tem que estar ciente que cabe a ele a função de aperfeiçoar os conhecimentos de seus alunos. Ele deve ter consciência de que o conteúdo aplicado na sala de aula é de sua total responsabilidade e por meio deste deve estimular os alunos à pesquisa, criação cultural, o espírito científico, pensamento crítico e reflexivo (SILVA & MONTEIRO, 2013).

Este desenvolvimento pode ser aperfeiçoado por intermédio das interações humanas no ambiente de sala de aula, de forma que não se pode haver aprendizado sem essas interações. O professor deve explorar as interações, tanto as de professor-aluno quanto as entre aluno-aluno, estimulando o trabalho em grupo que conseqüentemente irá gerar uma cooperação recíproca entre os alunos. Esta interação é interessante, levando em conta que cada indivíduo possui suas próprias experiências e conhecimentos particulares. Os quais podem ser partilhados com todos os indivíduos envolvidos no processo de aprendizagem.

Por fim, estas interações podem se tornar mais dinâmicas e atraentes por intermédio da tecnologia. O uso da internet, retroprojeter, data show, vídeos e afins, são meios que podem facilitar a apresentação do conteúdo. Muitos educadores ficam presos ao uso apenas do quadro e do giz por não possuírem conhecimento prático nessas novas tecnologias. Desta forma, cabe aos docentes buscarem cursos de aperfeiçoamento para aprender a utilizar estas mídias (MASETTO, 2008).

3 Desafios enfrentados na docência no ensino superior

3.1 CRIAÇÃO DA PROFISSÃO DE DOCENTE E SUAS ADVERSIDADES

Desde suas bases, a educação superior enfrentou inúmeros desafios. Os primeiros docentes no Brasil foram aqueles vindos com a Companhia de Jesus. Eram professores formados em colégios Jesuítas ou em Universidades portuguesas. Foram estes que edificaram a educação brasileira durante dois séculos (CUNHA, 2000). A profissão de docente de ensino superior só foi reconhecida em 1808 com a chegada da família real portuguesa. Havendo finalmente a determinação das normas para exercício dessa função. A partir disso, a docência passou a ser vista como uma necessidade e não apenas como prestígio social. Com decorrer do tempo, o conteúdo religioso que deu origem à docência foi substituído pelas ciências experimentais (NUNES, 2012).

Mesmo com a existência da docência, não existia a carreira universitária. Esta só recebeu o reconhecimento com o Estatuto do Magistério Superior, sendo considerada como uma atividade indissociável nas universidades. Atribuindo cargos como professor catedrático, professor adjunto, professor assistente e de pesquisadores. Deste modo, iniciou a formação de professores que pudessem expandir o ensino superior e aumentar a qualidade do ensino (MACHADO, 1999).

3.2 PRINCIPAIS DESAFIOS NA DOCÊNCIA

O grande desafio está em qualificar os docentes. Na maioria das instituições de ensino superior, os professores não possuem formação didático-pedagógica para estar exercendo a docência. Há aqui a necessidade de desenvolver estratégias para a aquisição de conhecimentos, por intermédio da instituição e do próprio docente (NUNES, 2012).

O próprio docente pode estar contribuindo para seu aperfeiçoamento por intermédio da autocrítica. Por meio deste ele pode rever sua postura em sala de aula, seus métodos de ensino e avaliativos. O educador deve ter ciência que nem sempre os problemas em sala de aula são de responsabilidade dos alunos. E suas

metodologias sempre devem ser renovadas, para deste modo formar cidadãos pensantes e críticos, ao em vez de simples reprodutores de conhecimento.

A autocrítica pode ser feita por intermédio dos próprios alunos. O professor deve estar aberto às opiniões dos educandos, tem que perder a resistência que existe contra eles. É necessário vê-los como uma plateia na qual cada um deles possuem suas próprias convicções, facilidades e limitações. Sem criar uma relação de interação pessoal com os alunos, o professor estará os restringindo a meros expectadores de suas aulas.

Esta interação com os alunos podem tornar as aulas mais atrativas, despertando a atenção dos educandos, a qual sempre esta voltada para diversas coisas como internet (TUDURIL, 2013). Visto que os alunos normalmente não estão dispostos a exercer a função de aluno na qual é esperada por eles. Pelo contrário, os educandos possuem uma resistência contra o professor. Não fazem por livre vontade o que lhe é cobrado e nem escutam o educador (PERALVA & SPOSITO, 1997).

CONCLUSÃO

Após este estudo foi possível observar e expor as vicissitudes da educação superior no Brasil. Desde sua concepção, o ensino superior enfrentou diversas adversidades. Possuiu um início tardio, com mero objetivo de capacitar profissionalmente os membros da elite econômica, sem haver nenhuma menção a prática de pesquisa.

Ao se propagar pelo país, houveram inúmeras lutas visando diminuir o monopólio do Estado sobre a estrutura do ensino superior e a dissociação das ideologias católicas na formação do caráter humanista.

Houveram inúmeras revoltas na tentativa de mudar este paradigma da educação superior brasileira. Com o advento do golpe militar, as instituições de ensino superior receberam investimento para garantir o desenvolvimento do país, o qual necessitava cada vez mais de profissionais qualificados. Sem ter verba para disponibilizar um número de vagas que atendesse à toda população, o governo militar apoiou a propagação do ensino superior privado. Ainda nesse período iniciou-se os programas de pós graduação e de incentivo a pesquisa, bem como a carreira acadêmica.

Atualmente há um número bem maior de instituições privadas, conseqüentemente um número maior de educandos em instituições particulares. Tendência a qual ganha cada vez mais forças devido ao crescente número de programas de incentivo governamental para educação superior.

Mesmo com tantas transformações, a docência do ensino superior ainda mantém características do método de ensino arcaico, em que o professor é um mero transmissor de conhecimento pronto e o educando um agente passivo dessa aprendizagem, o qual nunca é levado a construir seu próprio conhecimento. Este perfil de ensino arcaico já se tornou obsoleto e deve ser reestruturado.

Para isso, o docente deve se capacitar pedagogicamente para desenvolver aulas de forma mais efetiva, e dotar-se de inúmeras técnicas que facilitem a relação de ensino e aprendizagem com os educandos. O docente necessita assumir uma postura aberta à interação com seus educandos, de forma que eles se sintam a vontade de expor seus questionamentos e seus próprios conhecimentos, os quais podem ser compartilhados com toda classe.

Deste modo, o presente estudo julga que os docentes devem sempre estar buscando se capacitar, havendo a necessidade de criar planos de desenvolvimento dos saberes dos docentes tanto por parte da instituição como por eles próprios. O docente deve se abrir também à autocrítica avaliativa e à análise de seu desempenho na visão de seus educandos, para poder aperfeiçoar cada vez mais seus métodos de ensino. Isso se torna muito importante quando analisamos que inúmeras coisas hoje chamam mais a atenção dos educandos que a aula. Havendo normalmente uma resistência por parte de alguns educandos para com o professor. O docente deve, portanto, estar qualificado pedagogicamente e aberto a interagir com os educandos para conseguir romper todas as distrações e resistências que atrapalham a relação de ensino e aprendizagem na sala de aula.

REFÊRENCIAS

- ARAÚJO, W. S. **A Influência da Formação Docente no Desempenho dos Alunos: Enfocando Ciências Naturais e Matemática**. 2012. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_06/PDF/121.pdf>. Acessado: 20 jun. 2013
- BRASIL. Lei nº 14.343, de 07 de setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Rio de Janeiro, RJ, 10 set. 1920. Seção I, p. 15115
- BRASIL. Lei nº 8.681, de 15 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a congregação, em universidade livre, das Faculdades Católicas de Direito e de Filosofia e da Escola de Serviço Social. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Rio de Janeiro, RJ, 17 jan. 1946. Seção I, p. 765
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.
- BRASIL. Lei nº 5.224, de 01 de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 04 out. 2004. Seção I, p. 03
- BRASIL. Lei nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 10 mai. 2006. Seção I, p. 6.
- BRASIL. Lei nº 5.786, de 24 de maio de 2006. Dispõe sobre os centros universitários e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 25 mai. 2006. Seção I, p. 9.
- COSTA, J. S. Docência no Ensino Superior: Professor Aulista ou Professor Pesquisador. **Caderno Discente do Instituto Superior de Educação** v. 2, n. 2, p.41-62, 2008 Disponível em: <<http://www.faculdadealfredonasser.edu.br/files/pesquisa/Artigo%20DOC%C3%8ANCIA%20NO%20ENSINO%20SUPERIOR%20%20PROFESSOR%20AULISTA%20PESQUISADOR.pdf>> Acessado em: 20 dez. 2013.
- COLOSSI, N.; CONSENTINO, A.; QUEIROZ, E. G. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista FAE Business School**. v. 4, n.1, p.49-58, jan./ abr. 2001.
- CUNHA, L. A. 2000 Ensino Superior e Universidade no Brasil *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA, F. L. M.; VEIGA, C. G. 500 Anos de Educação no Brasil, Belo Horizonte: Autentica, 2000, p. 151-201.

FAVERO, Maria de Lourdes. **Universidade & Poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. 205p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 92p. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia da autonomia - paulofreire.pdf](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf)> Acessado em: 24 dez. 2013

MACHADO, A. B. Arqueigrafia da Docência Universitária. 1999. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MASETTO, M. T. **Docência na universidade**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008. 112p.

NEVES, C. E. B. 2002 A Estrutura e o Funcionamento do Ensino Superior no Brasil *In*: SOARES, M. S. A. A educação superior no Brasil, Brasília, Unesco/Capes/GEU, p. 39-112

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. 2000 Revisões de literatura *In*: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMER, J. M. Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, p. 191-198.

NUNES, D. P. N. A. Os Desafios Sinalizados na Docência Universitária: Percepções Acerca dos Saberes Docentes. **Pergamino** v. 3, n. 3, p. 23-35, nov. 2012 Disponível em: <<http://pergamino.unipam.edu.br/documents/43440/43870/os-desafios.pdf>> Disponível em: 15 dez. 2013

OLIVEN, A. C. 2002 Histórico da Educação Superior no Brasil *In*: SOARES, M. S. A. A educação superior no Brasil, Brasília, Unesco/Capes/GEU, p. 24-37

PERALVA, A. T.; SPOSITO, M. P. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. São Paulo, **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, maio/ago. 1997, p. 222-310 Disponível em: <[http://prolicenmus.ufrgs.br/repositorio/moodle/material didatico/educacao brasileira /turma f/un02/links/sociologo_professor.pdf](http://prolicenmus.ufrgs.br/repositorio/moodle/material_didatico/educacao_brasileira/turma_f/un02/links/sociologo_professor.pdf)> Acessado em: 20 dez. 2013

RIBEIRO, C. A. Um Panorama das Desigualdades na América Latina. Análise de Conjuntura OPISA, n. 6, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22203.pdf>> Acessado em: 24 jan. 2014

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica** v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010.

SCHWARTZMAN, S. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, CNPq, 1982. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/rio.htm>> Acessado em: 20 dez. 2013.

SILVA, V. P. Z.; MONTEIRO, C. C. **Formação Didático-pedagógica do Professor Universitário: uma necessidade?** Disponível em: <<http://www.fundacaoaprender.org.br/formao-diditico-pedaggica-do-professor-universitrio-uma-necessidade>> Acessado em: 27 dez. 2013.

SOUZA, A. S. N.; PEREIRA, J. L.; TEIXEIRA, M. R. M. **A Postura do Professor no Ensino Superior: Atitudes que Fomentam a Formação do Conhecimento.** 2008 Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1186472>> Acessado em: 20 Dez. 2013

STALLIVIERI, L. **O Sistema de Ensino Superior do Brasil: características, tendências e perspectivas.** Universidade de Caxias do Sul (UCS). 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tpIPadrao/tpICooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/imprimir/sistema_ensino_superior.pdf>. Acessado em: 20 dez. 2013.

TEIXEIRA, A. **Ensino Superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, 212p. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livros/chama_introducao.htm> Acessado: 31 dez. 2013

TOBIAS, J. A. História da Educação Brasileira. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1986.

TUDURIL, F. P. Breve Ensaio sobre Docência de Ensino Superior e seus Principais Desafios na Atualidade. **Revista Educação por Escrito – PUCRS**, Edição Especial, jan. 2013 Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/download/12929/8662>> Acessado em: 15 dez. 2013

VASCONCELOS, M. L.M. Carvalho. **A formação dos professores do Ensino Superior.** 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2000. 104p.